

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO/MG**

Gabriela Dias Almeida Marciano, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 108.813.616-82, portadora da identidade MG-17373126, residente e domiciliada na Rua Lima, 368, apto. 305, Bl. 8, Bairro Suely, Vespasiano/MG, CEP: 33.204-148, vem, por meio de seu procurador, com fundamento nos artigos 127 e 129, inciso I, da Constituição Federal, requerer a apuração e adoção de medidas cabíveis em relação aos seguintes fatos:

I – DESCRIÇÃO OBJETIVA DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Itabira/MG, através da Coordenadoria de Contratos, realizou Concorrência Pública do tipo Técnica e Preço para prestação de serviço de publicidade, conforme aviso datado de 10/08/2023 em anexo.

Trata-se da Concorrência Pública SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023.

Participaram da concorrência quatro agências de publicidade, tendo a Subcomissão Técnica julgado as propostas apresentadas e classificado a empresa Shine On LTDA em primeiro lugar.

Foram apresentadas impugnações pelas licitantes Faz Publicidade LTDA e Lume Comunicação EIRELI à classificação divulgada pela subcomissão técnica, diante da identificação de descumprimento pela licitante Shine

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro, advogado@gmail.com

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

On LTDA dos termos do Edital de Licitação e por conta de suposto favorecimento à licitante Shine On LTDA.

A Shine On LTDA descumpriu as regras do Edital de Licitação referente aos itens 6.1.1.2., 6.1.1.4. alínea a), 6.1.1.4.3. alínea a); descumpriu também o desafio de comunicação e a verba referencial para investimento do *briefing*, conforme explicado no item III desta representação.

Ocorre que a **Subcomissão Técnica, a procuradoria jurídica do Município e a autoridade superior ao analisarem as impugnações, deixaram de aplicar as regras do edital de licitação**, violando os princípios da Legalidade, Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório estabelecidos no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, art. 3º da Lei 8.666/93 (Lei em vigor à época) e art. 6º da Lei 12.232/10.

Tais fatos representam irregularidades na aquisição de serviços pela administração pública e violação à Constituição Federal, à Lei Federal e ao Edital de Licitação.

Além disso, se as regras do Edital de Licitação tiverem sido descumpridas com o objetivo de favorecer a Licitante Shine On LTDA, conforme informado pela Licitante Lume Comunicações EIRELI, terão os envolvidos cometido o crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/93 (Lei em vigor à época) e o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, V, da Lei 8.429/92, o que deve ser apurado.

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis¹, bem como:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
(...)

¹ Constituição Federal: Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Diante o exposto, requer o recebimento da presente representação para que sejam averiguadas as irregularidades e, se for o caso, ser determinada a suspensão do contrato 241/2023 e do processo licitatório SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023.

Tendo em vista a assinatura do contrato e o início da prestação do serviço, requer a análise da possibilidade de o contrato 241/2023 ser suspenso imediatamente, pois aguardar todas as etapas da investigação fará com que haja a consolidação das irregularidades apontadas a seguir.

II – IDENTIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

Membros da subcomissão técnica do processo licitatório SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023:

- Cíntia Germano Torre Silva, publicitária, CPF nº 087.846.116-77. RG-34.742.014-3, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora da Piedade, 18, Bairro Campestre, Itabira/MG, CEP: 35.900-073.

- Maria Cecília Ambrósio Passos, endereço comercial à Av. Rodrigues Alves, 78, Bairro República, João Monlevade/MG.

- Natália Sant'Ana Cunha Silva Lopes, sem dados.

Procurador jurídico do Município de Itabira/MG:

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

- Luiz Edson Bueno Guerra, inscrito na OAB/MG: 74.491, CPF nº 551.508.886-72, residente na Rua João Guerra, 45, Bairro Centenário, Nova Era/MG, CEP: 35.920-000.

Autoridade Superior/Secretário Municipal de Administração:

- Gabriel Duarte de Alvarenga Quintão, CPF nº 115.940.906-45, residente na Av. Martins da Costa, 280, apto. 601, Bairro Pará, Itabira/MG, CEP: 35.900-047.

Licitante que descumpriu as regras do Edital do processo licitatório SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023:

Shine On LTDA – ME, CNPJ 02.367.995.0001-59, endereço na Av. Wilson Alvarenga, 1047, Bairro Carneirinhos, João Monlevade/MG, CEP: 35.930-001.

III – APONTAMENTO DAS IRREGULARIDADES

As regras do edital de licitação e a legislação sobre o tema foram descumpridos na Concorrência Pública SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023.

Objetivou-se com o mencionado edital de concorrência pública a contratação de agência de publicidade pela modalidade “técnica e preço”.

Para analisar a parte técnica, as concorrentes tiveram que formular uma campanha publicitária simulada com base no *Briefing* disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Itabira/MG.

O *Briefing* estabeleceu o tema e as considerações para realização da campanha simulada, bem como **a verba referencial para investimento**, que foi no valor de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**.

O item 6.1.1.4.3., a), do edital, estabeleceu que para realizar a campanha simulada “os preços das inserções em veículos de comunicação devem ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do aviso de licitação”.

Ocorre que a concorrente Shine On LTDA não observou referida determinação do edital. O plano de comunicação simulado da concorrente Shine On LTDA totalizou **R\$ 2.186.187,45 (dois milhões, cento e oitenta e seis reais mil e cento e oitenta sete reais e quarenta e cinco centavos)** se observado o valor de tabela cheia dos meios de comunicação indicados no seu plano de comunicação simulado.

Ou seja, a concorrente Shine On LTDA não apresentou preços de tabela cheia e excedeu em 300% o valor limite imposto pelo *Briefing* e ainda assim foi classificada e venceu a licitação.

Tal fato foi informado pela concorrente Faz Publicidade LTDA em seu recurso administrativo, com a indicação das gritantes diferenças entre os valores de tabela cheia dos meios de comunicação e o valor utilizado pela Shine On LTDA em seu plano de comunicação simulado.

A Subcomissão Técnica, a procuradoria jurídica e a autoridade superior, cientes do descumprimento das regras do edital, mantiveram a classificação sob os seguintes argumentos:

- i) a subcomissão técnica verificou que o edital não veta o uso de tabela cheia fornecida por plataformas para a contratação de anúncios;
- ii) entre os itens de obrigação para análise da subcomissão técnica, não consta o confronto de valores, bem como julgar as diferenças apresentadas pelas referidas licitantes;
- iii) não compete a subcomissão técnica fiscalizar e/ou comprovar a capacidade legal e idônea das licitantes,

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

assim como não é obrigação verificar junto aos veículos de comunicação os valores repassados de seus serviços aos licitantes.

Ocorre que:

- i) Os valores das inserções indicadas pela Shine On LTDA em seu plano de comunicação simulado não correspondem aos valores das plataformas para contratação de anúncios indicadas por esta (canal do anúncio), conforme comprovam documentos em anexo;
- ii) Em relação aos argumentos dos itens ii e iii: se há regra no edital estabelecendo a obrigação de usar tabela cheia e que o valor do plano de comunicação simulado não pode ultrapassar R\$ 500.000,00, a subcomissão tem sim a obrigação de averiguar o cumprimento das regras do edital de licitação, caso contrário, bastaria às licitantes indicar valores aleatórios sem seguir qualquer tabela (o que foi feito pela licitante Shine On LTDA).

A obrigação da subcomissão técnica de avaliar a concretude dos valores apresentados pelas licitantes se extrai do texto do edital de licitação e do *briefing*, bem como da legislação aplicável ao caso.

O edital de licitação estabeleceu a obrigação às licitantes de observarem o *Briefing* para formular o plano de comunicação simulado:

6.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária será desenvolvido por meio de texto no qual a licitante apresentará as linhas gerais de sua proposta para suprir o desafio de comunicação e alcançar os objetivos, geral e específicos, de comunicação relacionado a esse desafio expressos no Briefing, compreendendo:

6.1.1.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia deverá ser desenvolvido por meio de textos, tabelas, gráficos e ou planilhas nos quais deverá ser apresentada:

a) Justificativa da estratégia e das táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante em função da verba referencial indica no Briefing – **ANEXO IV**.

Além disso, o edital de licitação estabeleceu a obrigação de se observar a tabela cheia dos veículos de comunicação:

6.1.1.4.3. A simulação do plano de distribuição deverá observar ainda as seguintes condições:

a) os preços das inserções em veículos de comunicação devem ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do aviso de licitação;

Para avaliação técnica das propostas, o edital de licitação destacou a importância da economicidade da aplicação da verba de mídia, ou seja, o valor máximo imposto não apenas deveria ser cumprido, como também ser utilizado de forma estratégica para cumprir com o princípio da eficiência:

8.2.1.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia (máximo de 10 pontos)

(...)

e) A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e /ou do material; (máximo de 2 pontos)

O edital de licitação também estabeleceu a forma de interpretação de suas normas. Nota-se a importância dada à igualdade na disputa, bem como ao cumprimento de princípios da administração pública:

16.10. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade

entre os participantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Para evitar dúvidas quanto ao cumprimento dos termos do edital de licitação, há previsão no edital de solicitação de diligências para esclarecer a instrução do processo, ou seja, a comissão permanente de licitação ou a autoridade superior poderiam requerer diligências para averiguar as informações da impugnação realizada pela Faz Publicidade LTDA:

16.2. É facultada à CPL ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Ademais, define o edital de licitação que ocorrendo qualquer descumprimento aos seus termos, a proposta será desclassificada:

8.4 Será desclassificada a Proposta que:

- a) Não atender às exigências do presente Edital e de seus anexos;
- (...)
- c) tentar influenciar a Comissão ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das propostas.

Foi destacado no *Briefing* a importância da parte financeira do plano de comunicação simulado:

DESAFIO DE COMUNICAÇÃO

Um grande desafio é o financeiro. Externar o cenário de Itabira exige aporte financeiro considerável, o que a Prefeitura não dispõe atualmente para campanhas de Comunicação dessa robustez. Além disso, o próprio mercado turístico, de altíssima concorrência e que movimenta cifras cada vez mais altas por parte dos principais destinos, é outro desafio a ser superado. A licitante vai precisar, então, lançar mão da criatividade e de métodos com alto custo-benefício.

VERBA REFERENCIAL PARA INVESTIMENTO

Fica definida a importância de **R\$500.000,00** (quinhentos mil reais) como sendo o valor do investimento a ser considerado pela licitante para o desenvolvimento da campanha simulada referente à sua Proposta Técnica, tanto para mídia quanto para as outras ações pertinentes relativas à campanha. Entende a **Prefeitura de Itabira** ser este um valor condizente com os objetivos da comunicação, praça e público-alvo estabelecidos neste *briefing*, possibilitando assim às licitantes a demonstração de sua qualificação técnica durante a licitação.

Analisando o texto do edital de licitação e do *Briefing*, nota-se a incongruência dos argumentos apresentados pela subcomissão técnica, procuradoria jurídica e autoridade superior na decisão que julgou improcedente os recursos administrativos, **fato que levanta dúvidas sobre a lisura da concorrência SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023.**

Para ilustrar a situação, foi realizada pesquisa na plataforma de venda de anúncios indicada pela Shine On LTDA (<https://canaldoanuncio.com/> <https://canaldomidia.com/>), sendo constatado o seguinte:

- i) Os valores divulgados para anúncio na Rodoviária Tietê são a partir de R\$ 68.750,00 e R\$ 118.750,00 por inserção (semanal ou mensal), enquanto a tabela da Shine On LTDA indicou o valor de R\$ 1.815,00;
- ii) Os valores divulgados para anúncio no Aeroporto de Congonhas/SP são a partir de R\$ 37.500,00 e R\$ 100.000,00 por inserção (painel/semana), enquanto a tabela da Shine On LTDA indicou o valor de R\$ 2.887,50;
- iii) Os valores divulgados para anúncio nos cinemas da Cinemark são a partir de R\$ 5.325,00, chegando a R\$ 16.220,00 por inserção (semana/sala), enquanto a tabela

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro, advogado@gmail.com

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

da Shine On LTDA indicou o valor de R\$ 1.443,75 a R\$ 1.775,00;

- iv) Os valores divulgados para anúncio no cinema Moviecom Vale do Aço são a partir de R\$ 3.998,00, chegando a R\$ 10.660,00 por inserção (semana/sala), enquanto a tabela da Shine On LTDA indicou o valor de R\$ 999,50;
- v) Os valores divulgados para anúncio nos Jornais O Tempo, Estado de Minas e Super também possuem valores distintos dos apresentados pela Shine On LTDA em seu plano de comunicação simulado e o divulgado pelas plataformas acima indicadas;
- vi) Não há venda de anúncios para o Aeroporto de Confins, Rodoviária de BH, Mercado Central, Rodoviária do Rio e portal Atila Lemos na plataforma indicada pela Shine On LTDA;

Ademais, os valores das tabelas oficiais divulgadas pelos próprios canais de comunicação demonstram a enorme diferença entre os valores informados pela Shine On LTDA e a prática do mercado. Nota-se que a Shine On LTDA colocou em seu plano de comunicação simulado valores completamente impraticáveis pelo mercado de mídia, o que configura descumprimento ao estabelecido no edital de licitação.

O mercado de venda de anúncios trabalha com tabelas. Não é plausível uma empresa de publicidade conseguir valores tão discrepantes aos praticados no mercado, ainda mais para formulação de um plano de comunicação simulado.

A subcomissão técnica, formada por profissionais da área de comunicação, publicidade e marketing², tem a obrigação de avaliar se o plano de comunicação simulado cumpriu com as determinações do edital de licitação.

Portanto, se há estipulação de que as licitantes têm que indicar o preço de tabela cheia dos veículos de comunicação e limitar o seu plano de comunicação simulado a R\$ 500.000,00, cabe à subcomissão técnica averiguar se houve o cumprimento de referidos requisitos pelas licitantes.

Assim, as questões levantadas que justificam a presente representação são:

- i) A subcomissão técnica não tem a obrigação de verificar o cumprimento dos requisitos impostos pelo Edital de Licitação? Nesse sentido, a subcomissão técnica não tem a obrigação de analisar se os valores apresentados pelas licitantes são de tabela cheia dos veículos de comunicação e se o valor de orçamento estabelecido no *Briefing* foi respeitado?
- ii) Se a subcomissão técnica não tem a obrigação de verificar o cumprimento dos requisitos impostos pelo Edital de Licitação, como é averiguado o cumprimento desses requisitos? principalmente sobre os valores de tabela cheia dos veículos de comunicação e limite de orçamento estabelecido no *Briefing*.
- iii) Se foi estipulado no Edital de Licitação a obrigação de seguir os valores de tabela cheia dos veículos de comunicação, pode uma licitante não cumprir tal obrigação?

² § 1º As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação. Lei 12.232//10, art. 10.

- iv) O não cumprimento da obrigação, não deveria levar à desclassificação da licitante?
- v) Se foi estipulado no *Briefing* a obrigação de cumprir com o orçamento máximo de R\$ 500.000,00, pode uma licitante não cumprir tal obrigação?
- vi) O não cumprimento do orçamento estabelecido no *Briefing* não provoca desigualdade entre as licitantes?
- vii) O não cumprimento do orçamento estabelecido no *Briefing* não deveria levar à desclassificação da licitante que o descumpriu?
- viii) A omissão da subcomissão técnica e demais órgãos fiscalizadores da Prefeitura Municipal de Itabira/MG em relação ao cumprimento dos requisitos do Edital de Licitação ocorreu para favorecer a licitante Shine On LTDA?

Diante dessas considerações, requer a averiguação das irregularidades apontadas para, se for o caso, ser suspenso/cancelado o contrato 241/2023 e o processo licitatório SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023.

Tendo em vista a assinatura do contrato e o início da prestação do serviço, requer a análise da possibilidade de o contrato 241/2023 ser suspenso imediatamente, pois aguardar todas as etapas da investigação fará com que haja a consolidação das irregularidades apontadas a seguir.

III – FUNDAMENTAÇÃO

O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece:

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O artigo terceiro da Lei 8.666/93 define:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Lei 12.232/10, que dispõe sobre as normas gerais para licitação de serviços de publicidade por intermédio de agências de propaganda, estabelece:

Art. 6º A elaboração do instrumento convocatório das licitações previstas nesta Lei obedecerá às exigências do art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com exceção das previstas nos incisos I e II do seu § 2º, e às seguintes:

(...)

II - as informações suficientes para que os interessados elaborem propostas serão estabelecidas em um briefing, de forma precisa, clara e objetiva;

III - a proposta técnica será composta de um plano de comunicação publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, e de um conjunto de informações referentes ao proponente;

(...)

V - a proposta de preço conterá quesitos representativos das formas de remuneração vigentes no mercado publicitário;

VI - o julgamento das propostas técnicas e de preços e o julgamento final do certame serão realizados exclusivamente com base nos critérios especificados no instrumento convocatório;

(...)

XIV - será desclassificado o licitante que descumprir o disposto nos incisos XII e XIII deste artigo e demais disposições do instrumento convocatório.

O Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais em atenção a legislação, já decidiu em caso parecido:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. VINCULAÇÃO AO EDITAL. COMPROVAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO. SENTENÇA REFORMADA.

- O desrespeito quanto ao valor no Plano de Comunicação, de fato, viola a garantia do interesse público e fere os princípios licitatórios da impessoalidade e da isonomia, na medida em que, ao não observar o limite da verba especificada no edital, a empresa leva vantagem tecnicamente em relação à proposta das demais.

- Assim, a desclassificação da licitante, conforme previsto no edital, é medida que se impõe.

(...)

(TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.083865-0/003, Relator(a): Des.(a) Moacyr Lobato, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/05/2015, publicação da súmula em 15/05/2015). **(Destaquei).**

Em seu voto, o Desembargador Luís Carlos Gambogi asseverou:

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro, advogado@gmail.com

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

A desclassificação da licitante, conforme previsto no edital, se justifica, na medida em que, por se tratar o Plano de Comunicação Publicitária de requisito para a demonstração de técnica, é possível verificar que a empresa, com maiores recursos, pode oferecer mais planos de serviços de publicidade, uma vez que dispõe de um "orçamento" maior.

Em outras palavras, ao não observar o limite da verba especificada no edital, a empresa leva vantagem tecnicamente em relação à proposta das demais, que ficaram restritas ao valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Assim, deve-se assinalar que a questão da observância do valor, apesar de não se confundir com a análise da proposta financeira, interfere no critério "técnica" da licitação.

Sobre os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade entre as licitantes, são diversas as decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - HABILITAÇÃO - **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** - APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI) EM CONTRARIEDADE AO EDITAL - **VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - ILEGALIDADE**. Revela-se ilegal e abusivo o ato do Poder Público que mantém a habilitação de licitante que, na composição do preço global, deixa de apresentar no cálculo de Bonificação e Despesas Indiretas, valores distintos para materiais e equipamentos, cuja inobservância implica na desclassificação do concorrente, conforme previsão expressa no instrumento convocatório. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.19.131599-3/001, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/01/2020, publicação da súmula em 31/01/2020). **(Destaquei)**.

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - HABILITAÇÃO DE EMPRESAS SEM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - EXIGÊNCIA PREVISTAS NO EDITAL - **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** - **NECESSIDADE** - SEGURANÇA CONCEDIDA.

-O edital constitui a lei do certame que deve ser estritamente observada, em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

- Embora a Administração Pública possa estabelecer as bases do processo licitatório e os critérios de julgamento, deve assegurar a igualdade para todos os licitantes. Quando a Administração viola tal dever, de forma clara e indubitável, ao Poder Judiciário é dado intervir para restabelecer os limites extrapolados.

- A supressão pela Administração Pública de exigência de qualificação técnica para privilegiar alguns concorrentes constitui afronta ao princípio da igualdade bem como ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a autorizar a concessão de segurança para anular o ato que habilitou tais concorrentes. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.23.229770-5/001, Relator(a): Des.(a) Juliana Campos Horta , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/11/2023, publicação da súmula em 09/11/2023). **(Destaquei)**.

Diante dessas considerações, vale questionar:

- i) Se uma licitante ultrapassa em mais de 300% o valor limite do *Briefing*, não há desequilíbrio e desigualdade em relação às demais licitantes?
- ii) Se o edital de licitação impõe que os preços de inserções de veículos de comunicação devem observar a tabela cheia, e uma licitante não observa referidos valores, não há violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório?

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro, advogado@gmail.com

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

- iii) Se diante do descumprimento do dever de observar os preços de tabela cheia dos meios de comunicação, a licitante ultrapassar em mais de 300% o valor limite imposto pelo *Briefing*, não há violação ao princípio da igualdade?
- iv) A subcomissão técnica e os demais órgãos fiscalizadores ao deixarem de verificar o cumprimento das regras do edital de licitação, não estão violando o princípio da legalidade?

Diante de todos os questionamentos levantados nesta petição, requer a averiguação das irregularidades apontadas para, se for o caso, ser suspenso/cancelado o contrato 241/2023 e o processo licitatório SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023.

Tendo em vista a assinatura do contrato e o início da prestação do serviço, requer a análise da possibilidade de o contrato 241/2023 ser suspenso imediatamente, pois aguardar todas as etapas da investigação fará com que haja a consolidação das irregularidades apontadas a seguir.

IV – PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

- i) O pedido de suspensão do contrato 241/2023 e dos efeitos do processo licitatório SMA/SUCON nº 004/2023, processo PMI/SMA/SUCON nº 104/2023, para que não ocorra a consolidação das irregularidades apontadas;
- ii) O recebimento da presente representação, para que seja feita a análise dos elementos apresentados, com a abertura de procedimento investigatório, para que sejam

Alessandro Lage Ribeiro

ASSESSORIA JURÍDICA | DIREITO IMOBILIÁRIO E EMPRESARIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro, advogado@gmail.com

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

tomadas as providências necessárias visando garantir a efetivação dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e interesse público;

Termos em que, pede deferimento.

Itabira, 26 de janeiro de 2024.

Alessandro Lage Ribeiro
OAB/MG: 185.868

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandro Lage Ribeiro.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6CDE-A133-4724-3FCE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6CDE-A133-4724-3FCE> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6CDE-A133-4724-3FCE



Hash do Documento

9AC1A6401035DD5D3CCA4CDF8799774444B78067248629AE71FED2C2672DC2A0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/02/2024 é(são) :

☒ Alessandro Lage Ribeiro - 125.592.476-40 em 08/02/2024 15:00

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

